

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0003156-25.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **ENEIAS ELIAS BUENO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello****VISTOS**

**ENEIAS ELIAS BUENO** (R. G. 32.833.016), com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33 “caput”, da lei nº 11.343/06, porque no dia 25 de março de 2015, por volta das 15 horas, na Rua Capibaribe, nº 120, Jockey Clube, nesta cidade, tinha em depósito, para fins de venda e comercialização, 15 porções de cocaína e 5 porções de maconha, drogas acondicionadas individualmente e prontas para entrega a consumo de terceiros, que juntas pesavam, respectivamente, 8,8 gramas e 4 gramas, conforme auto de exibição e apreensão de fls. 41/42, autos de constatação de fls. 49/51 e laudos de exame químico-toxicológico de fls. 60/63, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

O denunciado foi preso e autuado em flagrante, sendo esta prisão convertida em preventiva (autos em apenso).

Feita a notificação (fls. 95), o réu apresentou defesa preliminar (fls. 116/120) e a denúncia foi recebida (fls. 131). Durante a instrução o réu foi interrogado (fls. 166), sendo ouvidas três testemunhas de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

acusação (fls. 167/169) e três de defesa (fls. 170/172). Nos debates o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação, nos termos da denúncia, e a defesa pugnou pela absolvição negando a autoria, ou seja, que fosse dele as drogas encontradas e a realização do tráfico (fls. 165).

**É o relatório.**

**DECIDO.**

A Delegacia de Polícia de Investigações sobre Entorpecentes (DISE) recebeu denúncia de pessoa com voz feminina informando que em determinado endereço que foi fornecido, o morador, que também foi indicado, portava droga e realizava o seu comércio, indicando ainda detalhes do local onde o entorpecente era escondido. Agentes fizeram observação e constataram certo momento de pessoas, sendo solicitada a expedição de mandado de busca para o local. No cumprimento desta ordem os investigadores encontraram o imóvel fechado e tiveram que arromba-lo. No interior de um guarda-roupa e atrás de uma gaveta, local justamente indicado pela denunciante, os policiais localizaram um embrulho contendo 15 porções de cocaína e 5 de maconha, além da quantia de R\$ 40,00 e uma folha com anotações indicativas da venda de drogas. O réu chegou ao local no decorrer da diligência e foi preso e autuado em flagrante, tendo negado para os policiais que os entorpecentes fossem dele, dizendo ainda desconhecer a existência das drogas no seu imóvel (fls. 167 e 168).

As drogas apreendidas estão mostradas nas fotos de fls. 43 e 44, com peso líquido de 8,8 gramas a cocaína e 4,0 gramas a maconha, conforme laudos de constatação de fls. 49 e 51, com resultado positivo para estes entorpecentes, confirmado nos exames químico-toxicológicos de fls. 61 e 63.

Certa, portanto, a materialidade.

Sobre o encontro das drogas, do dinheiro e das anotações na casa do réu não existe dúvida, situação bem revelada na prova, tanto nos depoimentos dos policiais (fls. 167/168), como também da testemunha Sidinei da Rosa (fls. 169), convocada para acompanhar as buscas.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Quanto à autoria, o réu, nas duas oportunidades em que foi interrogado, negou a propriedade das drogas e de ter conhecimento da existência delas em sua casa, tampouco do dinheiro encontrado junto, negando ainda ser o autor das anotações feitas no papel localizado (fls. 7 e 166). Em Juízo disse que alguém colocou as drogas em sua casa para lhe incriminar, suspeitando de uma ex-namorada de nome Fátima, de quem se separou e ela ficou inconformada, a qual frequentava a casa por ter amizade com o seu filho (fls. 166).

Nenhuma prova concreta a defesa produziu no sentido de demonstrar que houve ação de terceiro visando incriminar falsamente o réu.

Como as drogas foram encontradas na casa do réu, a este, somente a este, pode-se imputar a guarda ou depósito dos entorpecentes.

Mas o fato que torna clara a autoria, como também o envolvimento do réu no tráfico de entorpecente, é a localização, junto com as drogas e o dinheiro, do papel juntado a fls. 147, com anotações indicativas do movimento do tráfico.

Feito o exame grafotécnico, a perícia concluiu que os escritos se identificam com o material fornecido pelo réu (fls. 145/146). Por conseguinte, foi ele o autor das anotações e, se estas estavam junto com as drogas encontradas na residência, somente a ele pode ser atribuída a responsabilidade pelo depósito do produto alucinógeno.

Outro fator que reforça a autoria e o envolvimento do réu está na declaração da testemunha Sidinei da Rosa, que ao se referir ao papel encontrado, disse que era do tipo “*usado como forro de mesa em restaurante*” (fls. 169), local onde o réu exerce a sua atividade de garçom.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Quem mais, a não ser o réu, guardaria as drogas no imóvel dele. O réu é pessoa que já se envolveu com o tráfico de entorpecente, com condenação anterior (fls. 110). É possível e até provável que tenha sido alguém com relações próximas do réu que fez a denúncia, até porque a denunciante foi precisa na indicação do esconderijo das drogas. Mas quem o denunciou foi por saber da sua atividade ilícita e não para forjar uma acusação grave como é a do tráfico para incriminá-lo.

Assim, diante dos elementos de prova que foram agregados e acima apontados, existe a certeza do envolvimento do réu com as drogas apreendidas. E essa conclusão está longe de transferir o princípio do livro convencimento em arbítrio, porque encontra fundamento na prova.

Tenho, pois, como provada a autoria. E sendo esta reconhecida, que a finalidade da droga era o comércio também não existe dúvida, diante das anotações contidas na peça de fls. 147, feitas pelo réu, repita-se, que se traduz numa espécie de contabilidade da mercancia. Demais, ao negar a posse das drogas o réu deixou de apresentar justificativa que pudesse enquadrá-lo no crime menor.

O réu é reincidente específico (fls. 110), de modo que não tem direito ao benefício previsto no § 4º do artigo 33 da Lei 11.343/07.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60 do Código Penal, sem destaque para qualquer um, estabeleço a pena-base no mínimo, ou seja, em 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, no valor unitário de um trinta avos do salário mínimo vigente na data do crime. Presente a agravante da reincidência (fls. 110) e inexistindo atenuante em seu favor, imponho o acréscimo de um sexto, tornando a pena definitiva.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Condeno, pois, **ENEIAS ELIAS BUENO**, à pena de **cinco (5) anos e dez (10) meses de reclusão e de 583 dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido o artigo 33, "caput", da Lei 11.343/06.

Iniciará o cumprimento da pena no **regime fechado**, nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 8.072/90, com a redação imposta pela Lei nº 11.464/07, inclusive pela reincidência.

Recomende-se o réu na prisão em que se encontra, não podendo recorrer em liberdade, pois se aguardou preso o julgamento, com maior razão assim deve continuar agora que está condenado, lembrando que em liberdade poderá desaparecer e frustrar o cumprimento da pena.

Deverá pagar a taxa judiciária correspondente, salvo impossibilidade.

Decreto a perda do dinheiro apreendido que, por ter sido encontrado junto com a droga, presume-se arrecadado com esta prática ilícita, que deverá ser recolhido ao fundo previsto.

Quanto ao celular (fls. 431 e 106), deverá ser restituído ao réu, cuja entrega poderá ser feita ao seu advogado ou a qualquer parente.

P. R. I. C.

São Carlos, 11 de junho de 2015.

**ANTONIO BENEDITO MORELLO**  
**JUIZ DE DIREITO**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**